



Ministério
das Finanças

Direção Nacional do Planeamento
Serviço de Prospetiva, Acompanhamento Macroeconómico e Estatísticas

Covid-19: Impacto na Economia Cabo-verdiana

Junho de 2020

Ficha Técnica

Ministério das Finanças

Direção Nacional do Planeamento

Serviço de Prospetiva, Acompanhamento Macroeconómico e Estatísticas

Diretor Nacional

Gilson Pina, PhD

Diretor de Serviço:

Jailson Oliveira, PhD

Técnicos:

Carlos José Bentub

Edmilson da Silva Lopes

José Félix Delgado

Editor

Ministério das Finanças

Serviço de Prospetiva, Acompanhamento Macroeconómico e Estatísticas

Avenida Amílcar Cabral, CP 30 – Praia

Tel. +238 260 7606

Email: jailson.oliveira@mf.gov.cv

República de Cabo Verde

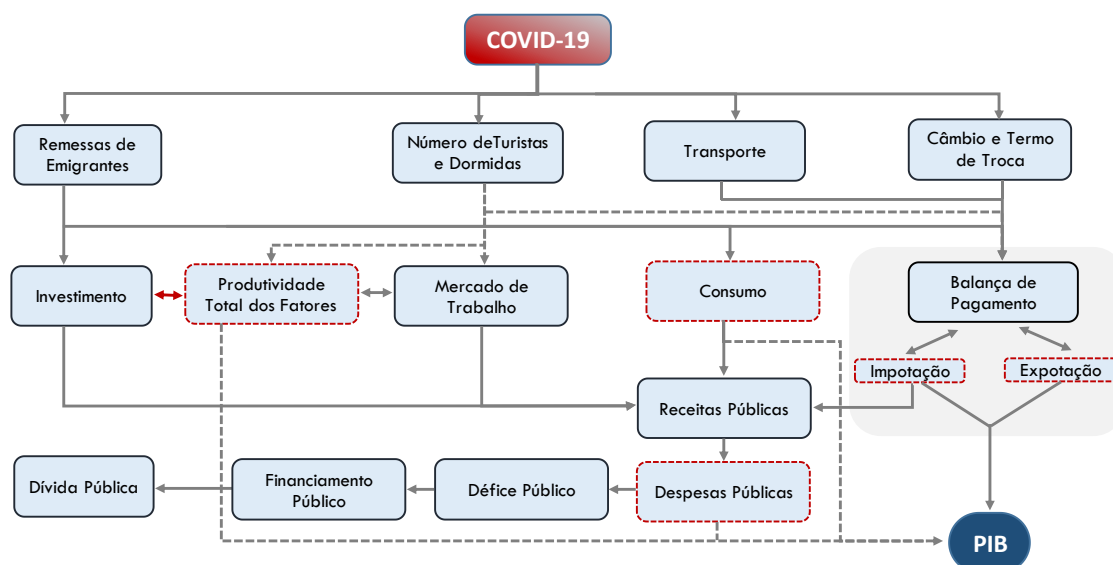
Edição de junho de 2020

Sumário Executivo

O surto do novo coronavírus (COVID-19), originado na China em dezembro de 2019, conduziu a economia global para níveis de risco e de incertezas elevados. As medidas de contenções que envolvem restrições de viagens e quarentenas afetaram diretamente a produção e o turismo a nível mundial, e consequentemente as interrupções nas cadeias globais de suprimentos. E com isso as economias mundiais deverão enfrentar grandes desafio provocados pelos choques simultâneos de oferta e da demanda.

Para as pequenas economias insulares, cujo grau de abertura é superior a 100%, como é o caso de Cabo Verde, perante choques exógenos ocorridos no exterior facilmente afetam a dinâmica da atividade económica. O turismo, enquanto setor pivô da economia Cabo-verdiana, deverá ser severamente afetado, e simultaneamente os demais setores da economia. Os canais de transmissão estão simplificados no diagrama abaixo.

Diagrama 1 – Canais de Transmissão do COVID-19 na Economia Nacional



Fonte: SPAME/DNP.

O Choque do COVID-19 contribuirá para a redução das oportunidades de negócios, perda de empregos e queda na produtividade total dos fatores, e consequentemente a recessão do PIB, agravando o cenário macro fiscal. A Tabela que segue ilustra os principais impactos:

Tabela 1 –Principais Indicadores Macro-Fiscais

Indicadores	Unidades	2019	2020 P		2021 P	
			Base	COVID-19	Base	COVID-19
PIB real	Variação em %	5.7	5.5	-6.8	5.6	4.5
Inflação	Variação em %	1.1	1.2	1.0	1.2	1.2
Número de Turistas	Variação em %	7.0	6.6	-58.8	7.4	35.0
Emprego Líquido	Número	11,344	3,828	-19,780	6,716	10,328
Taxa de Desemprego	Em % População Ativa	11.3	11.4	19.2	10.7	17.2
Câmbio	Valores Médios	98.5	100.3	102.3	100.3	102.3
Conta Corrente	Em % PIB	-0.2	-3.9	-13.8	-3.7	-10.0
Reservas	Em Meses	6.9	5.9	7.4	5.8	6.2
Massa Monetária	Variação em %	8.1	6.4	-7.9	5.9	1.5
Crédito à Economia	Variação em %	3.9	4.5	2.4	4.9	3.0
Défice Público	Em % PIB	-1.8	-1.7	-11.4	-1.4	-9.7
Dívida Pública	Em % PIB	124.2	118.5	145.8	113.3	148.1

Fonte: SPAME/DNP.

Antes do COVID-19 era expectável que a economia nacional crescesse em torno de 5,5% em 2020. Contudo, mediante os desenvolvimentos recentes espera-se uma forte queda na atividade turística e efeito contágio para demais setores. Ademais, as medidas de distanciamento social como combate ao contágio do COVID-19, impactam a performance da atividade económica. Tais dinâmicas, afetarão o mercado de trabalho com perda de cerca de 19,8 mil empregos, bem como o consumo e investimentos. Nesse cenário o PIB deverá reduzir -6,8%, podendo chegar a -8,5%, caso os riscos negativos sobre a dinâmica da atividade económica e risco de agravamento da situação sanitária se materializarem, em 2020, sendo um fator alarmante para o cenário macro fiscal, com o défice público a aumentar dos 1,7% do PIB no cenário base, para 11,4% do PIB. Para 2021, o PIB deverá crescer em torno de 4,5%, no entanto dado os riscos ascendentes, nomeadamente de uma retoma mais lenta da mobilidade e do turismo, o crescimento pode ficar em torno de 3,0%.

De realçar que a realização desse estudo de impacto foi num quadro de elevada incerteza sobre a evolução do enquadramento externo, aliada a um contexto sanitário externo e interno imprevisível, reforçando a necessidade do monitoramento da evolução macroeconómica. A materialização do impacto no emprego e rendimento desencadeia um conjunto de problemas sociais, nomeadamente a pobreza e desigualdades regionais e de género. Nesse sentido, as medidas de políticas devem incorporar essa dimensão social da crise da pandemia.

Perspetivas para a Economia Nacional

A economia nacional apresentou um bom desempenho em termos de crescimento, em 2019, pese embora o cenário internacional adversa marcada pela “guerra comercial” e pela desaceleração das maiores economias mundiais (Estados Unidos da América, China e Zona Euro). Entretanto, o surto do novo coronavírus (COVID-19) que teve o seu início na China em dezembro de 2019, e que rapidamente se espalhou pelo mundo, aumentou ainda mais o risco para a economia global, e em particular a nacional, como ilustra o diagrama 1, tendo em conta que os principais parceiros comerciais de Cabo Verde foram amplamente afetados.

O Fundo Monetário Internacional (FMI) alterou a sua perspetiva para o crescimento económico mundial e em especial dos principais parceiros económicos de Cabo Verde, passando de um cenário de crescimento esperado em 2020 para um cenário de recessão económica. Além disso, pese embora, para 2021 seja expectável uma retoma da atividade económica, esta não colocará o PIB per capita nos níveis anterior a pandemia, afetando as condições do mercado de trabalho e consequentemente o rendimento.

Tabela 1 – Cenário de Crescimento Económico Mundial (valores em %)

Grupo de Países / Países	2019 E	2020 P	2021 P
Sem Efeito COVID-19			
Economia Mundial	2.9	3.3	3.4
Zona Euro	1.2	1.3	1.4
Reino Unido	1.3	1.4	1.5
EUA	2.3	2.0	1.7
China	6.1	6.0	5.8
Com Efeito COVID-19			
Economia Mundial	2.9	-4.9	5.4
Zona Euro	1.3	-10.2	6.0
Reino Unido	1.4	-10.2	6.3
EUA	2.3	-8.0	4.8
China	6.1	1.0	8.2

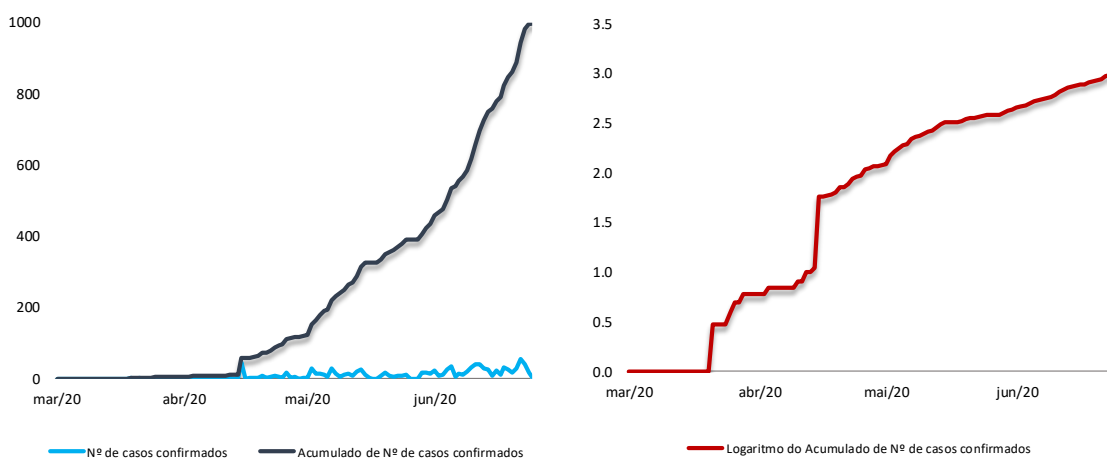
Nota: E – Estimativa; e P – Previsão.

Fonte: FMI (WEO, janeiro de 2020 – sem efeito COVID - junho de 2020 – com efeito do COVID -19).

O aumento do risco, no cenário macroeconómico mundial, deverá afetar negativamente os mercados financeiros, a confiança dos consumidores e das empresas, e os preços dos *commodities*, refletindo diretamente na interrupção da cadeia de suprimento global, na procura por bens e serviços importados, nas viagens de negócios e no turismo internacional.

A nível interno, até o dia 24 de junho, Cabo Verde acumulou 999 casos de pessoas infetadas pelo novo coronavírus, de acordo com o Instituto Nacional de Saúde Pública (INSP), tendo a ilha de Santiago registado o maior número de infetados, 778, seguido da ilha do Sal (146), Boa Vista (57), São Vicente (12) e recentemente nas ilhas de Santo Antão (4) e São Nicolau (2). Do total dos casos confirmados, 562 já estão recuperados, 2 foram transferidos para seus países de origem, 8 resultaram em óbitos, e 427 são casos ativos. O avançar da pandemia representa um elevado risco para o desempenho da atividade económica, sendo no momento as políticas sanitárias e de saúde um dos principais ativos na retoma da atividade económica.

Gráfico 1 – Evolução do Números de Infetados pelo Novo Coronavírus em Cabo Verde



Fonte: INSP.

A nível nacional, com o aparecimento dos primeiros casos de infeção do COVID-19 levou o governo de Cabo Verde a decretar o estado de emergência sanitária que decorreu entre 29 de março a 29 de maio o que fez com que algumas medidas fossem adotadas, conforme ilustradas no **BOX 1**.

As medidas adotadas para conter a propagação do COVID-19, nomeadamente os esforços de contenções que envolvem fechamento de fronteiras, diminuição de viagens e quarentenas, conduziram, a nível externo e interno, a interrupção de funcionamento de algumas indústrias, a recessão do setor de serviços, principalmente os transportes e logística, alojamento e restauração.

Resposta da Política Orçamental

O Orçamento Retificativo de 2020, incorpora os efeitos da crise pandémica e visa assegurar a atividade produtiva, protegendo as empresas e trabalhadores, bem como garantir rendimento aos mais vulneráveis, pese embora o facto de que o limitado espaço fiscal deverá ser fortemente comprometido pela queda nas receitas fiscais e não fiscais esperadas em 2020.

Entre as medidas para apoiar o setor privado destacam garantias de empréstimos de até 50% para grandes empresas em todos os setores, num montante de um bilhão de escudos; até 80% para empresas dos setores de turismo e transporte, no mesmo montante (um bilhão de escudos); até 100% para pequenas e médias empresas em todos os setores, cerca de 300 milhões de CVE, e para microempresas em todos os setores, em 700 milhões de CVE. Adicionalmente, foram avançadas medidas de proteção do emprego como *layoff* simplificado.

Foram, também, adotadas outras medidas de reforço da liquidez das empresas, dos quais incluem a liquidação mais rápida de faturas e reembolsos de IVA, a prorrogação do período de pagamento de impostos, o pagamento parcelado de IVA e outros impostos retidos na fonte, redução do pagamento dos fracionados, redução do IVA para 10% no setor turístico, cancelamento de contribuições ao Fundo de Pensões por três meses e financiamento de um plano de emergência com 76 milhões de CVE até a realocação de dotações orçamentárias, para cobrir despesas adicionais com pessoal, treinamento e equipamentos médicos.

Para as classes menos favorecidas, as medidas mitigadoras estão estimadas em 2,2 bilhões de escudos (cerca de 1,2% do PIB), e compreendem: a compensação de renda para fornecer apoio financeiro a indivíduos que operam no setor informal apoiada pela União Europeia e PNUD; as medidas emergenciais de inclusão social para pessoas vulneráveis sem renda; a renda de inclusão social, financiado pelo Banco Mundial; o apoio a instituições de microfinanças - para apoiarem os empréstimos às famílias vulneráveis com juros zero; e apoiar os idosos com assistência alimentar e financeira.

Ademais, o Orçamento Retificativo, deverá incorporar três eixos prioritários de intervenções: Eixo sanitário, que visa assegurar a resposta necessária à crise sanitária e salvar vidas; Eixo socioeconómico, visando a respostas à crise económica e protegendo empresas, empregos e rendimentos; Eixo de adaptação ao novo normal, criando um sistema de incentivos com foco na manutenção da segurança em todos níveis.

Resposta da Política Monetária

Em linha com a política orçamental, a política monetária, cujo principal objetivo é assegurar a estabilidade dos preços e salvaguardar a âncora cambial, adotou uma postura acomodatória. No dia 25 de março, o Banco de Cabo Verde (BCV) baixou a taxa de juro diretora (de 1,5% para 0,25%), bem como as taxas das facilidades permanentes de cedência de liquidez (de 3% para 0,5%) e das facilidades permanentes de absorção de liquidez (de 0,1% para 0,05%) para aumentar a liquidez no sistema bancário e para incentivar os bancos a proverem financiamento às empresas a um custo mais baixo e menos restritivo.

Adicionalmente, o BCV pediu aos bancos que concedessem uma moratória sobre empréstimos a tomadores em situação regular. Sendo assim, em 1 de abril, as autoridades introduziram uma moratória nos pagamentos de seguros e empréstimos entre abril-setembro de 2020 para famílias, empresas e associações sem fins lucrativos e PME.

Também, foram implementadas medidas prudenciais, incluindo a redução do rácio de adequação de capital e a provisão para os bancos, dependendo dos pedidos dos mutuários de colocar uma moratória ou tolerância no pagamento do empréstimo por três meses.

O fechamento da fronteira, em 19 de março, afetou diretamente o turismo bem como os setores conexos, nomeadamente transportes, energia e água. Além disso, os efeitos do lockdown dado a implementação do estado de emergência, bem como a propagação do vírus afetou a dinâmica de todos os setores da economia. A semelhança do que ocorre a nível da economia mundial, os indicadores da atividade económica (ver **BOX 2**) sinalizam desde o mês de março os efeitos do COVID-19.

BOX 2 – Índice de Atividade Económica

O Índice de Atividade Económica (IAE) é um índice composto ponderado para medir o nível de atividade económica nacional, por meio de movimentação na demanda agregada, desenvolvida pelo SPAME (2018). Com base nos dados mensal dos passageiros embarcados e desembarcados nos aeroportos, a quantidade energia elétrica consumida, a quantidade de cimento importado e os impostos arrecadados deflacionados pelo IPC, utilizou-se a técnica de componentes principais para a determinação do fator comum.

Em abril de 2020, o IAE médio acumulado em 12 meses situou-se em 102,6 registrando um decréscimo de 3,6% relativamente ao mês anterior, sendo a maior queda registada em toda a serie histórica, reflexo da desaceleração de todos os indicadores.

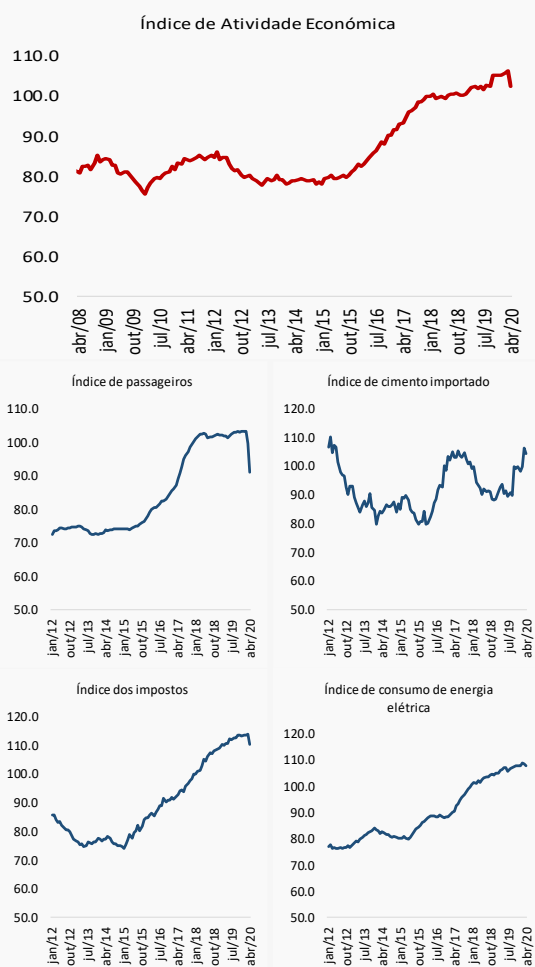
Focando a análise na variação do indicador mensal, não na sua abordagem acumulada, tem-se que no mês do abril o IAE diminuiu em termos homólogos 43,5%.

O indicador de movimento de passageiros nos aeroportos nacionais apresentou os efeitos da COVID -19 desde março, tendo reduzido em 42,7% fechamento da fronteira. No mês de abril tal redução foi de 99,4%, tendo sido realizados apenas voos de repatriamentos.

A proxy do setor de energia e da indústria sugerem os efeitos da COVID -19 ainda em março, tendo o índice de consumo de energia elétrica reduzido em 3,8% em relação ao mesmo período de 2019, provavelmente derivado das medidas de contenção com empresas funcionado sob algum ajustamento, sem contar com a demanda por energia do setor hoteleiro que se viu com atividades suspensas com o fechamento da fronteira. No mês de abril em que se intensificou as restrições sob as atividades produtivas, o indicador registou uma diminuição de 7,0%, face a abril de 2019.

O indicador proxy do setor da construção que vinha tendo um desempenho favorável desde o ano passado, apresentou em abril uma redução de 27,8%, podendo também estar associado com o forte volume das importações de cimento registrado em março com crescimento em cerca de 99,6%.

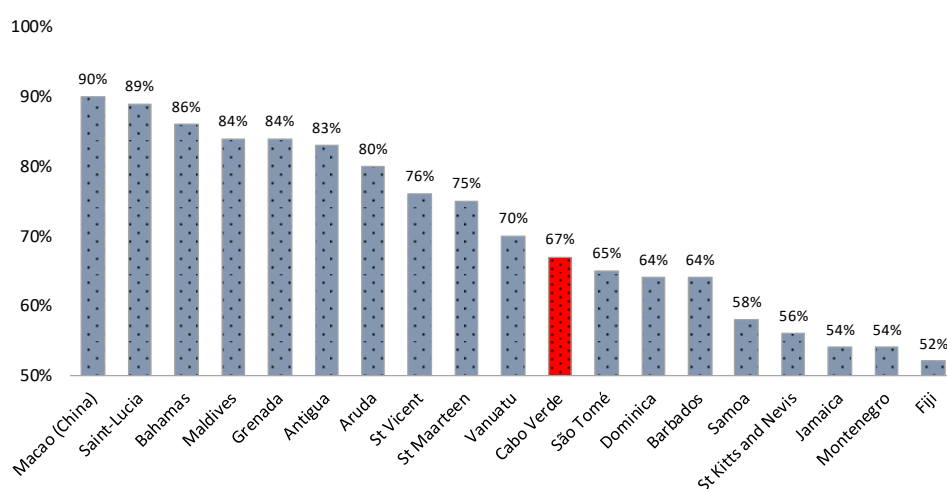
Por fim, em abril o índice dos impostos baixou em 35,0% face ao período homólogo de 2019, refletindo naturalmente aos efeitos do lockdown. Provavelmente no mês de maio, tais performances deverão manter, dado que a ilha de Santiago seguiu-se com o estado de emergência e o turismo que é o motor das ilhas do Sal e Boa Vista continuam sem atividades.



Fonte: SPAME/DNP.

Para a estimação do impacto, trabalhou-se dois cenários, além do cenário base com as expectativas formuladas antes do COVID-19. Os cenários 1 e 2 incorporam a pandemia da COVID-19, sendo que a diferença reside em 2021, em que as condições da retoma são diferentes em função da intensidade, sendo mais favorável no cenário 1 do que no cenário 2, em especial no setor do turismo, dado que para além da importância que desempenha na economia nacional (representa 67% do total das exportações e 22% do PIB) e dos demais Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (PEID), também é um setor que retrata a evolução da pandemia, por guardarem relações direta, ou seja o avanço do setor requer melhorias na pandemia, beneficiando os demais setores.

Gráfico 2 – Receitas do Turismo nas Pequenas Economias Insulares (% Exportações)



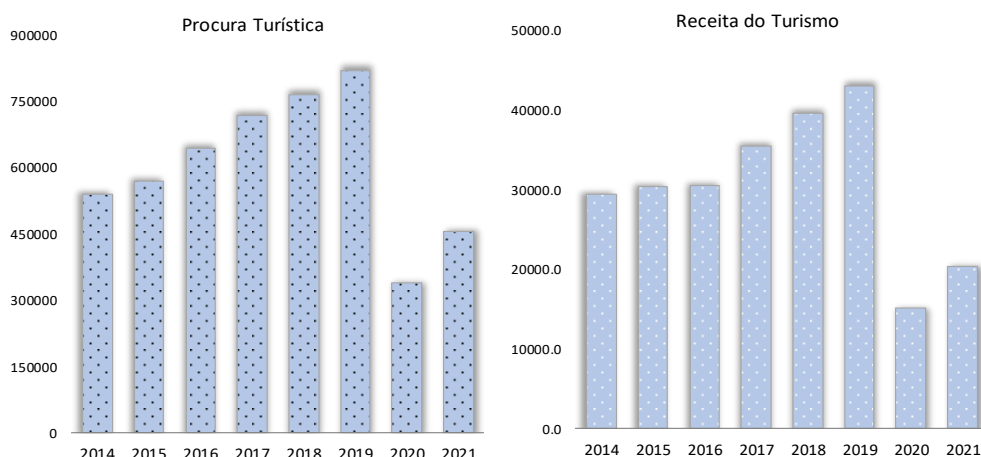
Fonte: UNWTO.

De acordo com a Organização Mundial de Turismo (OMT) as chegadas internacionais em março caíram acentuadamente em 57% (-67 milhões) após a introdução generalizada de restrições de viagens e o fechamento de aeroportos e fronteiras em muitos países, gerando perda de US \$ 80 bilhões em exportação de turismo. No primeiro trimestre a pandemia de COVID-19 causou uma queda de 22% nas chegadas de turistas internacionais e perspetivam um declínio anual entre 60% e 80% (850 milhões a 1,1 bilhão de turistas) em comparação com 2019, levando a perda dentre US \$ 910 bilhões e US \$ 1,2 trilhão em receitas de exportação do turismo e 100 a 120 milhões de empregos diretos no setor.

O tamanho da perda foi feito com base em cenários que estabelecem a reabertura do setor em julho (-58%), setembro (-70%) e dezembro (-78%). A OMT espera ver sinais de recuperação até o último trimestre de 2020, com maior expansão doméstica do turismo, do que a internacional. Para 2021, esperam que a demanda doméstica se recupere 15,0%, enquanto que a demanda internacional em 39,0%.

Para o caso de Cabo Verde, no cenário base, as projeções do SPAME apontara para um crescimento do número de turistas em 6,6% em 2020. No cenário COVID-19, espera-se que a redução do número de turistas, em relação ao cenário base, seja em torno de 536 mil. É expetável que no I trimestre Cabo Verde tenha recebido até 180 mil turistas e que até o final do ano receba mais cerca de 157 mil. Para 2021, considera-se que o crescimento do turismo varie entre 35% (cenário 1) e 22,5% (cenário 2). As incertezas inerentes a esse setor são elevadas, e inerentes ao término da pandemia, bem como questões mais específicas ao setor nomeadamente: a probabilidade dessa crise afetar de forma significativa a classe média baixa europeia, sendo esse uma parte considerável do nicho dos turistas que visitam Cabo Verde; o impacto da crise nas companhias aéreas, afetando o acesso aos serviços de viagens; a criação de ecossistemas que assegurem a confiança no destino turístico nacional.

Gráfico 3 – Evolução da Taxa de Crescimento do Número de Turistas e das Receitas de Turismo



Fonte: SPAME/DNP.

Neste cenário, a procura turística, depois de ter crescido 7,0% em 2019, com o efeito COVID-19 tende a decrescer 58,8% em 2020, culminando numa redução de dormidas de 60,4%, refletindo essencialmente os esforços de contenções a nível de viagens internacionais e quarentenas nos principais mercados emissores de turistas, bem como as medidas internas. No caso das receitas de turismo, assume-se uma queda nos gastos médios dos turistas em 4,7%, em relação ao ano de 2019. Tendo em conta o número de dormidas, espera-se que as receitas de turismos reduzam 61,6% em 2020, após ter crescido 8,8% em 2019. Este cenário, levaria os números do setor do turismo para níveis de 2009. Para 2021, os números estariam em níveis de 2011.

Para além do turismo, o impacto do COVID-19 afetará naturalmente, os demais setores dado o *lockdown* implementado entre abril e maio (e seus efeitos de segunda ordem pelo

lado da demanda), bem como a permanência da COVID-19 no país implicando na manutenção de restrições e medidas de distanciamento social.

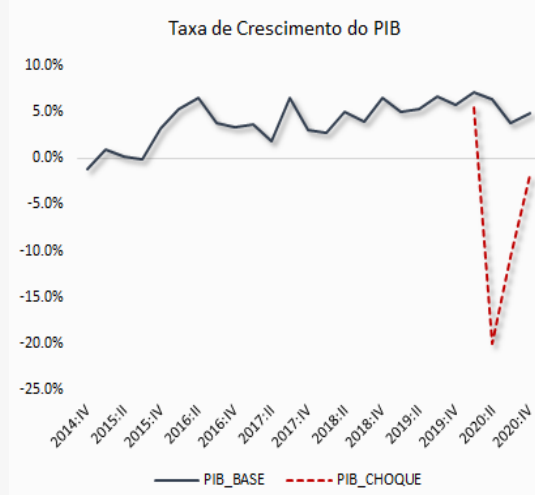
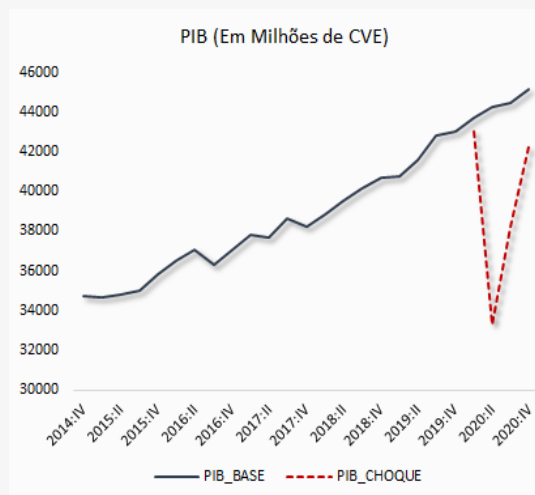
BOX 3 – Efeito do Estado de Emergência na Economia Cabo-verdiana

Em Cabo Verde a semelhança de outros países foi decretada o estado de emergência, promovendo o isolamento social de 29 de março a 29 de maio, principalmente em Santiago e Boa Vista as mais afetadas, como uma medida para conter o contágio do novo coronavírus.

Tal situação representa um choque de oferta de trabalho, dado que somente serviços essenciais permaneceram em funcionamento, culminando numa queda da produtividade da economia.

Os resultados encontrados seguem que o *lockdown* leva a uma perda total estimada em cerca de 6,3% do PIB do cenário base apresentando um formato de V, iniciados em finais de março, e altamente concentrado no II trimestre (variação homóloga de -20,0%) exceto nos setores de transporte, alojamento e restauração, que deverão ser mais persistentes.

Dado seus efeitos de segunda ordem, nomeadamente os que advém pelo lado da demanda em função do aperto das condições financeiras, adicionados os efeitos diretos do distanciamento social tem-se que o III e IV trimestre serão afetados, com crescimento negativo em relação ao mesmo período de 2019.



Fonte: SPAME/DNP.

O enfraquecimento interno da demanda por bens e serviços provocada, entre outros fatores, pela redução na renda disponíveis das famílias, aliada as incertezas sobre o término da pandemia afetarão as expectativas de retorno sobre investimentos por parte dos empresários. E com isso, os investimentos totais deverão sofrer uma redução de 7,7% (-16,2 p.p. face ao cenário base). No mesmo sentido, tendo em conta os efeitos negativos além do setor de alojamento e restauração, como também os efeitos contágios nos transportes, indústrias transformadoras, comércio, construção, eletricidade e água, o mercado de trabalho deverá responder, negativamente, perdendo em torno de 19.780 empregos em 2020 e recuperando cerca de 10.328 postos de trabalho em 2021.

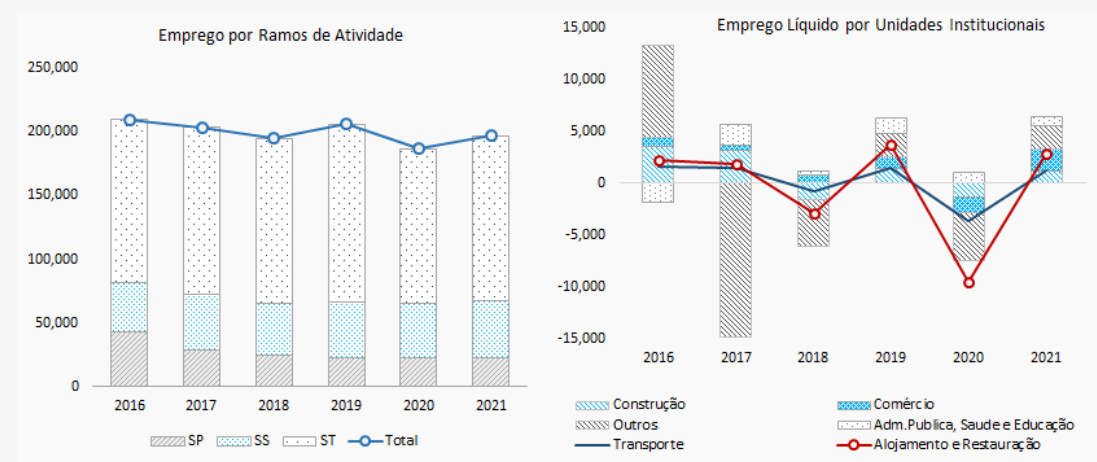
BOX 4 – Mercado de Trabalho

A contração esperada para a atividade económica em 2020, devido ao *lockdown*, e os efeitos diretos e indiretos da redução da mobilidade doméstica e internacional, deverá afetar negativamente o setor empresarial e consequentemente o mercado de trabalho. A capacidade das empresas resistirem a crise, provocada pela pandemia, depende do seu modelo de negócio e do seu nível de liquidez.

Relativamente ao mercado do trabalho, tem-se que dados do INPS, apontam que entre abril e maio foram atribuídos um total de 1.204 subsídios desempregos (sendo 61,3% do setor do turismo) e abrangidos 12.258 trabalhadores em regime do *layoff* simplificado.

No caso de Cabo Verde, em que as micros, pequenas e médias empresas, que de acordo com o INE (IAE, 2018) representam cerca de 97,1% do tecido empresarial nacional, deverão ser fortemente afetadas, é expectável que após o período do *layoff*, em função do problema de liquidez dada pela retoma gradual da economia, aumente o número de pessoas que perdem o emprego.

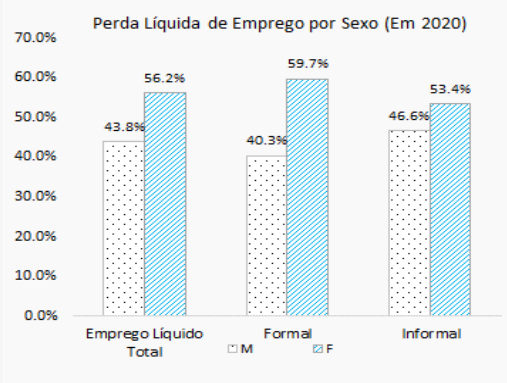
Considerando os fatores que poderão afetar o emprego e a evolução setorial do PIB, as projeções do SPAME, apontam para uma perda de cerca de 19.780 empregos em 2020, dos quais 56,3% proveniente do setor informal e 43,7% do setor formal, e sendo a maioria do setor terciário.



Fonte: SPAME/DNP

No que respeita a perda líquida de emprego por género, em 2020, tem-se que as informações no gráfico abaixo.

Em termos desagregado, por subsectores, verifica-se que o setor mais afetado é o turismo (-9.587 empregos), seguido de transporte (-3.660 empregos), comércio (-1.519 empregos), construção (-1.364 empregos) e outros setores (-4.613 empregos). A administração pública incluindo saúde e educação, por sua vez, deverá aumentar em cerca de 963 trabalhadores.

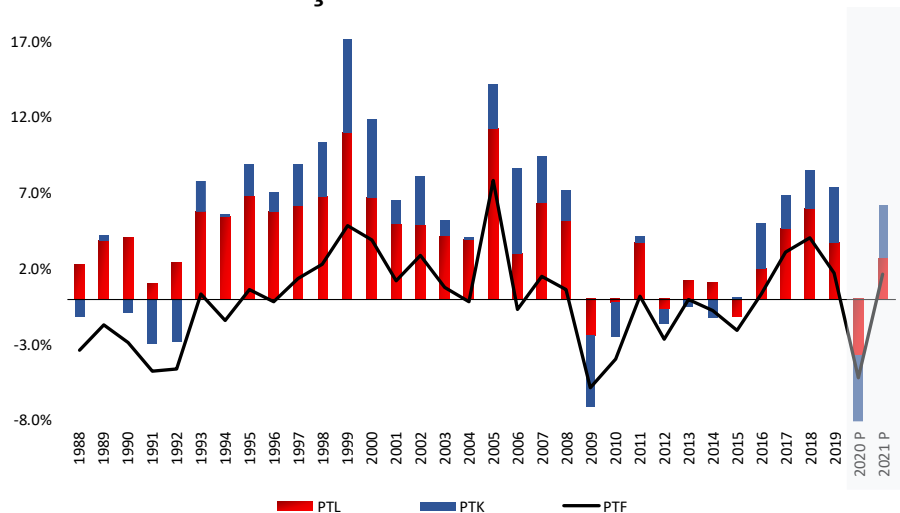


Fonte: SPAME/DNP

Neste cenário, prevê-se que a taxa de desemprego venha aumentar de 11,3%, em 2019, para 19,2% e 17,2% em 2020 e 2021, respetivamente.

Tal dinâmica, afetará negativamente a contribuição do trabalho e do capital no crescimento económico, sendo de maior impacto no fator trabalho em torno de -3,2 p.p. (ante um contributo positivo de 0,6 p.p. no cenário base), refletindo a dinâmica no mercado de trabalho.

Gráfico 4 – Evolução da Produtividade Total dos Fatores

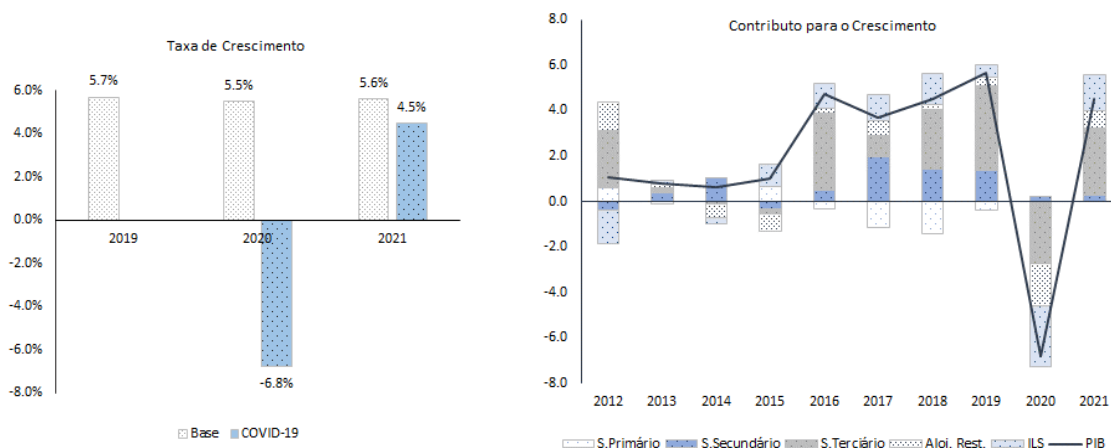


Nota: PTL - Produtividade Total do Trabalho; e PTK- Produtividade Total do Capital.
Fonte: SPAME/DNP.

Um caso importante, é a evolução da produtividade total dos fatores na economia, que em 2019 estima-se ter contribuído para o crescimento do PIB em 1,7 p.p., sendo fruto das reformas no setor de transportes, nomeadamente a privatização da CVA e a concessão dos transportes marítimos que culminam na consolidação do comércio e do mercado interno. No atual cenário, em que as fronteiras são fechadas e há redução das oportunidades de negócios, espera-se que os ganhos da PTF em 2019 sejam destruídos, com perspectivas de contributo para o crescimento do PIB em -5,2 p.p., uma redução de -8,4 p.p., em relação ao cenário base.

Neste caso, o PIB, que no cenário base era previsto crescer 5,5%, deverá reduzir em -6,8%, sendo um fator alarmante para o cenário macro-fiscal. Contudo, dadas as incertezas sobre o atual cenário, os riscos negativos sobre a dinâmica económica são ascendentes e, em caso de se materializarem, a queda no PIB poderá ser ainda maior, chegando a -8,5%, sobretudo com o risco de agravamento da situação sanitária. Para 2021, as projeções indicam que o crescimento económico deverá situar-se em torno de 4,5%. Contudo, dado os riscos ascendentes, nomeadamente de uma retoma mais lenta da mobilidade e do turismo, o crescimento pode ficar em torno de 3,0%.

Gráfico 5 – Contributo Setorial para o Crescimento do PIB



Fonte: SPAME/DNP.

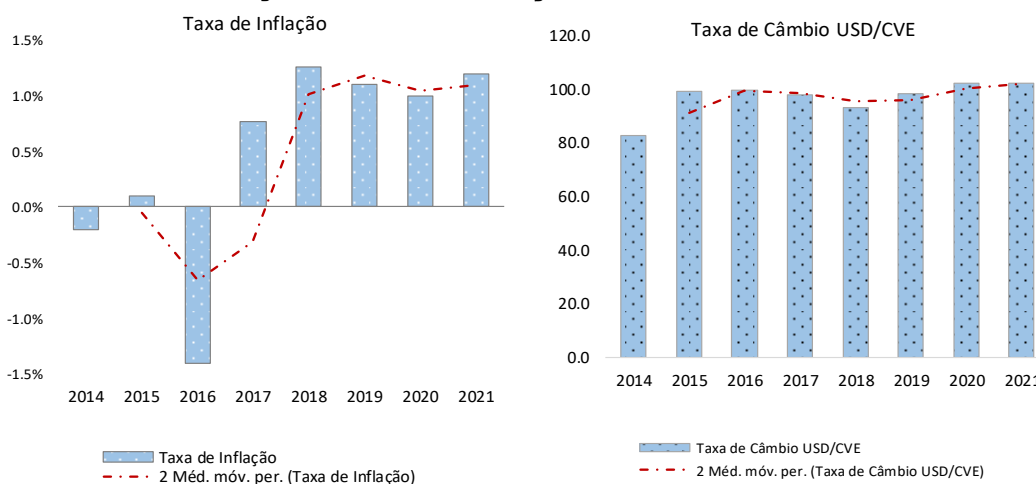
A nível setorial, tem-se que o desempenho da economia em 2020 deverá refletir o contributo negativo dos impostos líquidos de subsídios (-2,7 p.p.) e do setor terciário, nomeadamente os subsectores de transporte (-2,8 p.p.) e de alojamento e restauração (-1,9 p.p.), pese embora os contributos positivos esperado para os setores da administração pública (+1,9 p.p.), do comércio (+0,3 p.p.), telecomunicações e correios (+0,1 p.p.) e da eletricidade e água (+0,1 p.p.).

Na base da dinâmica dos impostos líquidos estão ainda as importações de bens, uma importante fonte de receitas fiscais, que em 2019 cresceram 3,3% e que perante o cenário do novo coronavírus e aliada a incerteza nos preços do petróleo este deverá diminuir 16,2%.

O cenário internacional apresenta um elevado grau de incerteza nos mercados de *commodities* energéticos. A tendência decrescente do preço do petróleo, desde janeiro, associado ao desentendimento entre o grupo OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) e a Rússia, em fevereiro, e a pandemia conduziram o preço do petróleo para o patamar mais baixo registada em três décadas. As expectativas é de que o preço de petróleo, que em 2019 custava 64,0 USD/barril, venha a diminuir para 36,0 USD/barril, de acordo com o Banco Central Europeu.

Este cenário, de redução dos preços no mercado global, deverá favorecer os níveis de preços internos, com a inflação contida em torno de 1,0% e 1,2%, em 2020 e 2021, respetivamente. Vale ressaltar que, tal cenário, incorpora ainda um possível aumento dos preços em função das restrições que possam ocorrer pelo lado da oferta dos bens e serviços que compõem o *core inflation*.

Gráfico 6 – Evolução da Taxa de Inflação e da Taxa de Câmbio USD/CVE



Fonte: SPAME/DNP.

A nível externo, é expectável uma desvalorização do euro perante o dólar, e nesse sentido, espera-se que o câmbio médio dólar/escudo cabo-verdiano aumente de 98,5 CVE para 102,32 CVE em 2020 e 2021, afetando a balança de pagamentos e o stock da dívida pública externa.

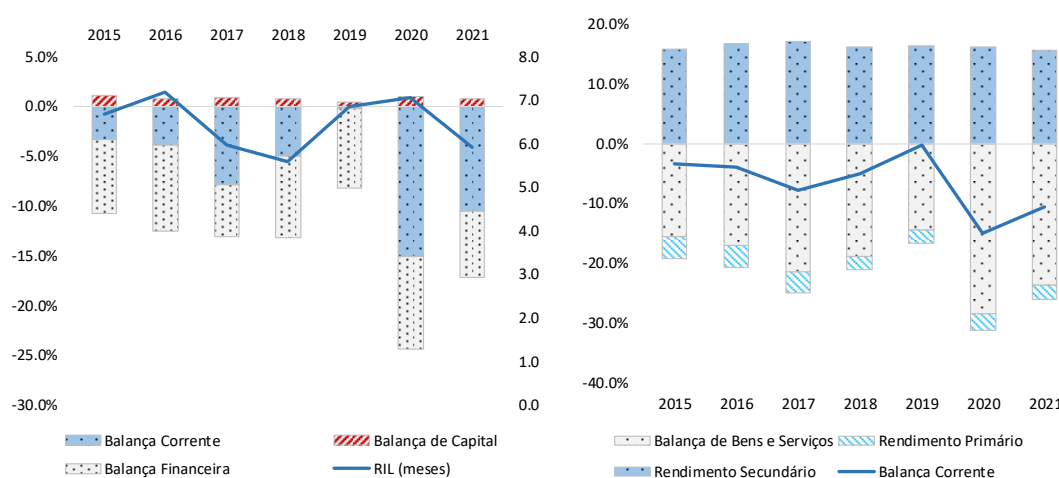
A situação externa do país deverá ser fortemente afetada em 2020. O défice da balança corrente deverá aumentar de 460 milhões de escudos (0,2% do PIB), em 2019, valor historicamente baixo (entre 2015 e 2019 o défice foi em média 4,0% do PIB), para 25.437 milhões de escudos (13,8% do PIB) em 2020. Este resultado deve-se, de acordo com as projeções do SPAME, a detioração das balanças de bens e serviços (-85,8%), balança de rendimento primário (-18,6%) e secundário (-4,2%). Para 2021, espera-se uma melhoria no défice da balança corrente passando para 10,0% do PIB, mediante uma retoma mais acentuada das exportações de serviços do que as importações.

O alto nível de défice esperado na balança de bens e serviços em 2020 deve ser suportada pela diminuição das exportações de bens e serviços (-43,8%), especialmente os serviços do turismo e de transportes aéreos, pese embora a diminuição das importações de bens e serviços (-16,2%). Este último, deve refletir, essencialmente, a dinâmica de preços de combustíveis e outros produtos importados no mercado externo.

A balança de rendimento, por sua vez, deverá ser fortemente afetada pela performance esperada em outras transferências privadas (-29,1%), não obstante ao aumento esperado para as transferências oficiais (+14,8%) para compensar em partes as despesas com a COVID-19 e pelas remessas dos emigrantes (+4,0%) que refletem os choques nos mercados de trabalho internacional. Vale ressaltar que as quebras na produção das indústrias e de outros setores, no mercado externo, afetam a rendimento

disponível dos emigrantes, pese embora o reforço da solidariedade para com as famílias cabo-verdianas.

Gráfico 7 – Evolução das Contas Externa (Balança de Pagamento)



Fonte: SPAME/DNP.

O défice da balança financeira deverá aumentar de 15.580 milhões de CVE, em 2019, para 17.330 milhões de CVE em 2020. Tal performance, reflete o desempenho nos influxos do investimento direto estrangeiro e do aumento do endividamento externo. O primeiro deve-se, além dos 2 meses de *lockdown*, a redução na execução dos projetos em função da reduzida mobilidade, bem como no adiamento das decisões de investir. Já, no segundo caso, tem-se que o *gap* do financiamento do governo elevou-se em função da redução das receitas fiscais e não fiscais e dos gastos adicionais em função da COVID-19.

Consequentemente, as reservas internacionais líquidas do país, deverão fixar em 66.223 milhões de CVE (600,6 milhões de euros), sendo uma redução em torno de -9,1% em relação a 2019. O montante das reservas deverá garantir 7,4 meses de importação de bens e serviços. Para 2022, esse rácio cai para cerca de 6,2 meses de importações, conjugado pela retoma das importações e quedas nos níveis de reservas.

No tocante as finanças públicas, tem-se que o efeito da COVID-19 é altamente significativo tendo em conta a diminuição do crescimento económico e das importações, comprometendo as receitas totais, por um lado, e por outro deve-se ao aumento das despesas decorrentes de uma maior necessidade de intervenção do Estado na economia no âmbito das medidas de reforço ao sistema sanitário e socioeconómicas associadas ao COVID-19. Nesse sentido, o défice público que vinha apresentando uma tendência de consolidação desde 2016 e que estava previsto atingir 1,7% do PIB em 2020, com a

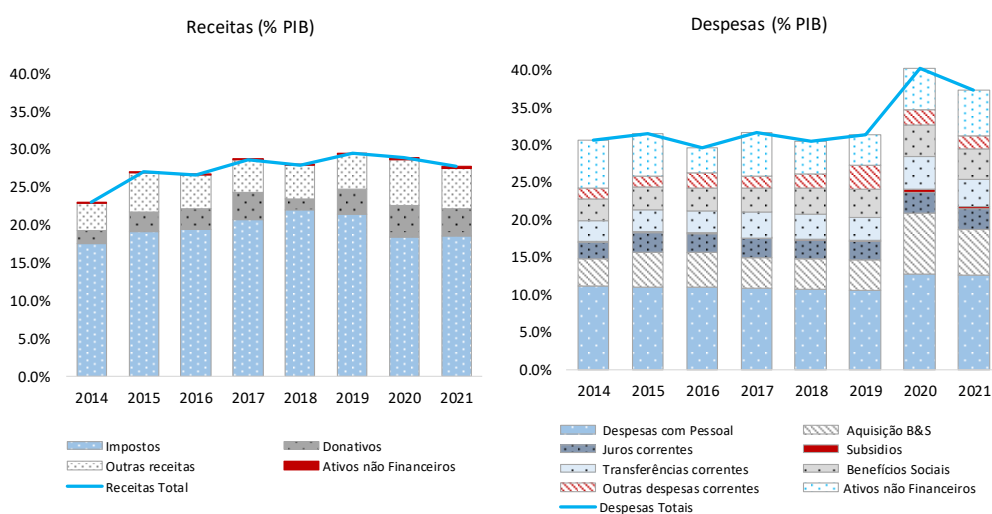
pandemia da COVID-19, deverá situar-se em torno de 11,4% do PIB e reduzir-se para cerca de 9,7% do PIB em 2021.

As receitas totais que em 2019 atingiram o montante de 57.730 milhões de CVE (29,6% do PIB), deverão atingir o montante de 54.027 milhões de CVE em 2020 (29,4% do PIB), conforme o cenário COVID-19 (uma redução de 15.592 milhões de CVE, comparativamente o cenário de base). Quando excluído os donativos, essa redução é mais expressiva equivalente a 18.099 milhões de CVE. As receitas fiscais, por sua vez deverão atingir em 2020 o valor de 34,0 milhões de contos (18,5% do PIB), já incluído o montante de 1.710 milhões de CVE que são os encontros de contas esperados nesse ano.

As outras receitas deverão totalizar o montante de 11.159 milhões de CVE (6,1% do PIB), uma redução de cerca de 3.211 milhões de CVE face ao cenário de base, refletindo uma queda esperada de 1,3 milhões de contos na taxa de segurança aeroportuária (devido a queda da demanda turística) e uma redução de cerca de 0,7 milhões de contos na demanda por serviços públicos e redução das receitas do setor empresarial do Estado em função dos atrasos que deverão ocorrer nas negociações.

As despesas totais, no cenário COVID-19, deverão atingir em 2020 o montante de 74.983 milhões de CVE (40,8% do PIB), aumentando 1.794 milhões de CVE face ao orçamento, mediante reestruturação, que implica a priorização, tendo em conta as restrições que o contexto impõe. Em 2021 exige-se uma reestruturação das despesas visando priorizar o investimento e acomodar as despesas associadas com as medidas de mitigação que deverão permanecer em função do quadro incerto do término da pandemia, dado o facto de que as receitas deverão permanecer muito abaixo do previsto no cenário antes da COVID-19.

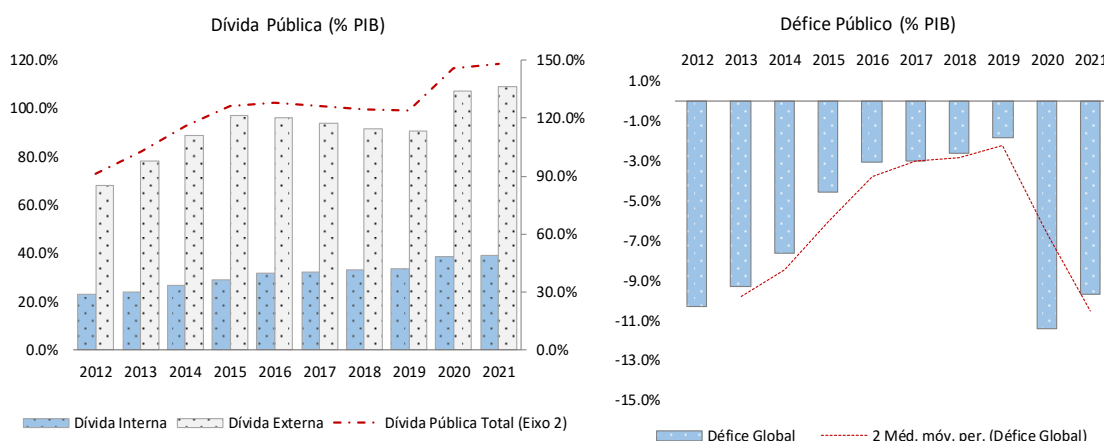
Gráfico 8 – Evolução das Receitas Totais e Despesas Totais (Em Mil Milhões de CVE)



Fonte: SPAME/DNP.

A dívida pública total, que vinha apresentando uma tendência decrescente desde 2017, deverá aumentar, dado o gap de financiamento, para 145,8% do PIB em 2020 e 148,1% do PIB em 2021. Esse aumento, para além de refletir o montante do déficit nominal, deverá refletir também os efeitos cambiais pelo ajuste no valor da dívida externa. A dívida interna deverá aumentar para 38,7% do PIB (ante 33,3% do PIB em 2019) em 2020 e 39,2% do PIB em 2021. A componente externa deverá aumentar de 90,6% do PIB em 2019, para 107,1% do PIB e 108,9% do PIB em 2020 e 2021, respetivamente.

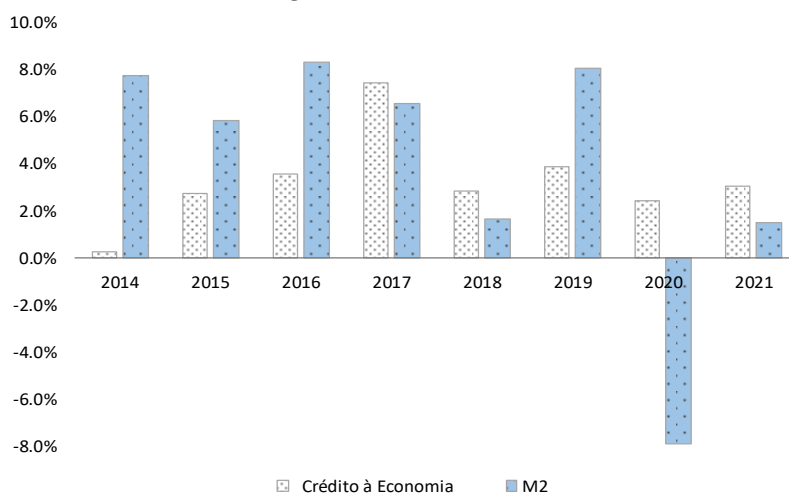
Gráfico 9 – Evolução do Déficit e da Dívida Pública, em % PIB



Fonte: SPAME/DNP.

Relativamente a situação monetária do país, as projeções apontam para um decréscimo da massa monetária em torno e -7,9% em 2020, sendo reflexo em larga medida da dinâmica do ativo externo líquido, que deverá reduzir em -14,8% (ante 24,8% em 2019), refletindo a dinâmica das exportações e importações de bens e serviços, bem como o endividamento externo.

Gráfico 10 – Evolução do setor monetário, 2019 - 2021



Fonte: SPAME/DNP.

O crédito à economia que cresceu cerca de 3,9% em 2019, deverá desacelerar para 2,4% em 2020, não obstante às medidas de políticas adotada pela autoridade monetária para reduzir os efeitos da pandemia (ver **BOX 1**). Neste grupo, o crédito ao setor privado, que representa cerca de 95% do crédito total à economia, deverá crescer 2,9% em 2020 e 3,0% em 2021. O crescimento do crédito deverá financiar parte do fundo maneio das empresas, dado o contexto atual. Para 2021 as projeções admitem que as medidas de garantia de crédito deverão continuar.

Vale ressaltar que o presente estudo de impacto foi realizado num quadro de incertezas sobre a evolução do enquadramento externo, mediante a pior crise que o turismo internacional enfrenta desde o início dos registos em 1950, aliada a um contexto sanitário externo e interno imprevisível, com efeitos significativos nos fundamentos macroeconómicos do país. Isso, reforça a necessidade do monitoramento da evolução macroeconómica, visando atuação em tempo e magnitude adequadas por parte dos *policy makers*.

De realçar ainda, que a materialização do impacto no emprego e rendimento desencadeia um conjunto de problemas sociais, nomeadamente a pobreza e desigualdades regionais e de género. Nesse sentido, as políticas públicas devem incorporar essa dimensão social da crise da pandemia. Ademais, as respostas além de tratar das questões imediatas, devem perspetivar uma visão de longo prazo, sustentável e inclusivo.

